



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLEGIADO NA
ESCOLA ESTADUAL DR. QUERUBINO, NA CIDADE DE CORONEL
FABRICIANO, EM MINAS GERAIS**

JUCELHA APARECIDA NUNES ANDRADE FARIA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLEGIADO NA
ESCOLA ESTADUAL DR. QUERUBINO, NA CIDADE DE CORONEL
FABRICIANO, EM MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Rita Cristina Lima Lages

**BELO HORIZONTE, 2013
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLEGIADO NA ESCOLA ESTADUAL DR. QUERUBINO, NA CIDADE DE CORONEL FABRICIANO, EM MINAS GERAIS

JUCELHA APARECIDA NUNES ANDRADE FARIA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em 17 de julho de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professora Rita Cristina Lima Lages
(Orientadora)**

Belo Horizonte, 30 de julho de 2013

Dedico esse trabalho a pessoa que sempre faz cada dia da minha vida valer a pena, a minha querida mãe Nair de Andrade. E também a professora Orientadora Rita Lages, sempre disponível para orientar; a dedicação, o entusiasmo com o trabalho, e, sobretudo, a paciência dedicada, foram essenciais para que eu chegasse ao fim desta jornada. Além do trabalho de orientadora, foi encorajadora em muitos momentos, o que também me incentivou a seguir sempre em frente e a terminar esse trabalho. O meu muito obrigada a vocês duas!

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão para minha família, que entendeu a minha ausência em alguns momentos primordiais pra nós.

“Descobrir o verdadeiro sentido das coisas... É querer saber de mais.”
O teatro mágico.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a gestão democrática na Escola Estadual Dr. Querubino, priorizando a forma colegiada de trabalhar, levando em consideração a constituição Federal e a LDB. Sendo que a Constituição Federal de 1988 estabelece princípios para a educação brasileira e entre eles está a gestão democrática. O art. 14 da Lei Complementar da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes educacionais e reforça esta questão da gestão democrática. É uma pesquisa sobre a forma colegiada de trabalhar em uma gestão democrática educacional. O objetivo é mostrar que mesmo com todos os entraves existentes, é possível trazer a comunidade escolar pra dentro da escola, e fazer com que ela queira participar ativamente nas tomadas de decisões.

Palavras-chave: Escola, trabalho colegiado, gestão democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1-GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FORMA COLEGIADA DE TRABALHAR.....	9
1.1- GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	09
2- INSTANCIA COLEGIADA	10
2.1- OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	10
2.2- COLEGIADO ESCOLAR.....	11
2.3 – COMO É ORGANIZADO A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLEGIADO NA E. E. DR. QUERUBINO.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	19

INTRODUÇÃO

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Sendo uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Garantindo a participação da comunidade escolar nas decisões de âmbito pedagógico, financeiro e administrativo, trazendo os diversos instrumentos que favorecem esta participação. Há vários órgãos que podem ser criados dentro da escola com o objetivo de garantir a gestão democrática e diversas ações internas, entre elas: o Colegiado Escolar, o Conselho de Classe, a Associação de Pais e Mestres, a construção do PPP e o Grêmio Escolar.

A Escola Estadual Dr. Querubino possui o Colegiado Escolar, que é composto por representantes de todos os segmentos da escola: quatro pais, dois professores, e dois funcionários e também tem o Conselho de Classe. E possui também o Conselho de Classe, que tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, fornecendo dados de direcionamento do trabalho dos professores, equipe pedagógica e diretor.

A participação direta dos professores, pedagogos, vice-diretor e diretor é uma característica apontada como fundamental para o Conselho de Classe, bem como a efetivação dos registros em ata e fichas. As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas. O Conselho de Classe deve contar com a participação de todos os professores que trabalham com as turmas. Essas reuniões estão previstas no Calendário Escolar para facilitar sua organização, a preparação e a participação de todos os envolvidos no processo.

Como foi possível constatar, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho, criando alternativas para tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos.

1 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FORMA COLEGIADA DE TRABALHAR

Hoje nas escolas já não ocorre a administração somente centralizada, na figura direta do gestor escolar , onde todas as decisões eram tomadas exclusivamente por ele. Com a LDB 9394\96, ficou estabelecida a democratização da gestão escolar. Que busca a apropriação coletiva das tomadas de decisões pelos pais, professores, funcionários e alunos, no processo educacional, para melhorar a qualidade de ensino.

Nesta gestão democrática, que tem como base uma administração colegiada, a E.E. Dr. Querubino vê a educação como tarefa de todos, portanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo. Para tanto, é necessário que a gestão democrática, seja vivenciada no dia-a-dia da escola e seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar.

Na E.E. Dr. Querubino onde há uma gestão democrática todas as pessoas ligadas a escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Isto ocorre devido a integração da sociedade com a escola mediante a efetivação do Colegiado Escolar com representações da comunidade.

A autonomia da escola pública é produto de um processo que se constrói a partir de eixos fundamentais: a capacidade de identificar os problemas e de apresentar alternativas para solucioná-las e a capacidade de administrar recursos financeiros , onde deve se elaborar um planejamento que gere as condições necessárias, para o exercício de uma gestão democrática e participativa, na qual o colegiado tem poder relevante, sendo que o êxito da gestão depende de seu pleno funcionamento. Sendo o colegiado da escola capacitado durante todo o ano letivo, através de proposta da secretaria estadual de educação para que o mesmo possa entender toda a esfera educacional, e para que não confunda participação democrática com incompetência ou fraqueza dos gestores escolares. Sabemos que a gestão democrática não é simples, de curto prazo, mas que se começarmos , iremos conseguir uma escola onde todos os segmentos tenham voz ativa , nas tomadas de decisões

1.1- GESTÃO DEMOCRÁTICA

As principais características desse tipo de gestão são representadas pela equidade de equilíbrio entre direitos e responsabilidades. O gestor democrático procura sempre que possível a participação dos membros do grupo . Estimula e orienta discussões e decisões

dando a todos os envolvidos ampla perspectiva do porque e da continuidade das atividades sugerindo uma melhor execução do trabalho, porém esta sempre aberto a novas alternativas.

O gestor democrático não procura educar e instruir cada subordinado isoladamente. O que ele deseja é estimular e orientar cada pessoa no sentido de que ela passa a realizar-se em sua plena potência e sentir-se membro atuante do grupo.

Gestão em seu sentido democrático, deve ser um elo que faz com que um grupo de trabalho não seja apenas uma coleção de indivíduos. Exercer a gestão deve ter como objetivo maior planejar, orientar, coordenar os esforços de todos a fim de que todos possam alcançar os objetivos comuns. O gestor democrático procura sem cessar estabelecer situações favoráveis para que cada pessoa possa desenvolver-se ao máximo, e para que possa alcançar sucesso e satisfação no trabalho.

2 - INSTÂNCIAS COLEGIADAS

2.1- OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

As instâncias colegiadas são os espaços de representação dos segmentos da escola: alunos, professores, pais e comunidade em geral. É pela utilização desses espaços, que a gestão democrática ganha força e pode transformar a realidade escolar, isso depende, das relações que se estabelecem entre os segmentos e a direção da escola. Segundo Veiga (1998, p.113):

“Podemos considerar que a escola é uma instituição na medida em que a concebemos como a organização das relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos, ou então como o conjunto de normas e orientações que regem essa organização. (...) Por isso torna-se relevante as discussões sobre a estrutura organizacional da escola, geralmente composta por conselho Escolar e pelos conselhos de Classe que condicionam tanto sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade.”

Confirmando a importância do colegiado escolar no processo democrático, Abranches (2003, p.14), ressalta que:

“Os órgãos colegiados tem possibilidade a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisões e do acompanhamento, execução e avaliação das ações

nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas.”

Onde existe o colegiado escolar o gestor pode contar com o apoio de outras pessoas, nas tomadas de decisões essenciais na unidade escolar.

2.2- COLEGIADO ESCOLAR

É um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora. Ele dá pareceres referentes ao trabalho de organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola (Estatuto do Conselho Escolar, 2005). O Colegiado Escolar é a instituição que coordena a gestão escolar, especialmente no que diz respeito ao estudo, planejamento e acompanhamento das principais ações no dia-a-dia da escola.

Em face do exposto, constata-se que o Colegiado Escolar é o grande aliado da direção na gestão da escola. No entanto, para que essa parceria realize um trabalho de acordo com o esperado e satisfaça a comunidade, é preciso que haja sintonia entre os parceiros e abertura por parte da direção para ouvir e aceitar a voz do colegiado. É fundamental que se estabeleça uma relação de respeito pela opinião de uns e outros, cumplicidade nas tomadas de decisão e, principalmente, que todos tenham objetivos comuns. A participação do conselho deve se dar de forma autônoma, espontânea e consciente. Segundo Werle (2003, p.60):

[...] não existe um conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelecer, construir e operacionalizar. Cada conselho tem a face das relações que nele se estabelecem. Se forem relações de responsabilidade, de respeito, de construção, então, é assim que vão se constituir as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Ao contrário, se forem relações distanciadas, burocráticas, permeadas de argumentos, tais como: “já terminou meu horário”, “este é meu terceiro turno”, “vamos terminar logo com isto”, “não tenho nada a ver com isto”, com que legitimidade o conselho vai deliberar ou fiscalizar?!

Para que as decisões do Colegiado Escolar não sejam monopolizadas pelo diretor, seu presidente nato é necessário que haja a conscientização dos segmentos envolvidos. Isso de certa forma começa a acontecer. A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino, em consonância com o processo de democratização da sociedade, criou, mediante a Portaria Ministerial n.2.896/04, o Programa Nacional de fortalecimento dos Colegiado Escolares. Entre seus objetivos, constam: ampliar a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento dos Conselhos; promover, em parcerias com os sistemas de ensino, a capacitação dos colegiados escolares; apoiar os Colegiados Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola. (BRASIL, 2004).

Clima organizacional entre Escola e Colegiado Escolar determina a vontade dos membros de participar ou não em todo processo educativo. Para que haja a participação, é fundamental, que os objetivos das ações estejam sempre muito claros, que os membros sejam situadas como cidadãos capazes de se comprometer e participar. Alguns dos espaços que favorecem a participação coletiva são as instâncias colegiadas, que, a partir da década de 80, passaram a ser priorizadas no discurso sobre gestão democrática.

As instâncias colegiadas como espaços de participação a que nos referimos são: o Colegiado Escolar, Conselho de classe, etc. O fato de a participação nos colegiados apresentar-se como uma nova forma de gestão não significa que o diretor perderá seu caráter de autoridade responsável pela escola. Portanto através dos membros dos colegiados, ele poderá contar com o apoio e participação de pessoas envolvidas no processo educacional, dessa forma ele será um gestor preocupado com a formação do cidadão consciente, participativo. Deixará de exercer uma ação individual e passará a considerar o coletivo.

Esse novo conceito de gestão, envolve o colegiados, que é composto por vários segmentos da comunidade, não acontece de maneira simples e plenamente satisfatória. Ainda existem muitos obstáculos que se contrapõem à participação coletiva exigida na democracia. Paro (2005, p.19) afirma que “uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulados com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à democracia”.

Vivenciando a realidade das escolas, podemos afirmar que as comunidades, tanto a externa como a interna, apresentam realmente limites à participação. Mais uma vez, cabe-nos uma reflexão. Se existem os colegiados instituídos, se há toda uma regulamentação, se temos

um espaço conquistado dentro das escolas, um discurso veemente em prol da democracia e do exercício da cidadania, por que encontramos tantas limitações à sua efetivação?

Paro (2005) propõe a adoção de uma atitude ousada que contribuiria para tornar efetiva a participação dos pais.

Se queremos uma escola transformadora, temos que transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. E nesse sentimento que precisamos ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho interior da escola. (PARO, 2005, p.10)

Ciceski e Romão (2004, p.66) também falam de condições que consideram necessárias para a participação. A politização do cidadão seria uma forma de torna-lo capaz de atuar no contexto atual de redefinição dos espaços escolares. Para isso, é necessário adotar uma prática contínua de reflexão e ação. Esse processo é definido como:

[...] construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio-políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades desse novo que - fazer pedagógico - político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados à participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino. É necessário ainda que conheçamos as experiências, já vividas, tomemos conhecimento de seus limites e avanços e, num processo contínuo de prática e reflexão, superemos suas falhas, aperfeiçoando seus aspectos positivos e criando novas propostas para os problemas que persistem. (CICESKI e ROMÃO, 2004, p.66).

Os espaços de participação, como os colegiados, associações e agremiações, consagram-se como grandes conquistas nas escolas. No entanto, quando não se oferecem condições concretas para essa participação, nega-se o exercício da cidadania tão propagada pela própria escola.

2.3 – COMO É ORGANIZADA A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLEGIADO NA E. E. DR. QUERUBINO.

Sabemos a efetivação de uma lógica de gestão democrática é sempre processual e, portanto, de permanente vivência e aprendizado. É um processo eminentemente pedagógico, que envolve, entre outros, o conhecimento da legislação, a discussão e a participação, na Escola Estadual Dr. Querubino e em outras escolas, o diretor assumia o papel de administrar as atividades gerais da escola e, nesse sentido, assumia um conjunto de responsabilidades a serem partilhadas com os diferentes segmentos da instituição. Há alguns anos, o diretor centralizava em suas mãos a tomada de decisões e pouco ou nada partilhava com as comunidades local e escolar. Mas nos últimos anos a organização e a gestão da escola passam a ser assunto dos diferentes segmentos que compõem as comunidades local e escolar. Contando cada vez mais com a participação cada vez maior dos pais, dos estudantes, dos professores, dos funcionários, entre outros.

Essas mudanças acarretam a necessidade de se pensar o processo de organização e de participação na escola e, ainda, de estruturar a gestão com a participação de outros membros além do diretor. Nesse sentido, a Escola Estadual Dr. Querubino passou a ter uma equipe gestora, contando com coordenadores, supervisores, vice-diretor(es), professores etc., que trabalham coletivamente com o diretor, buscando soluções e alternativas para melhorar o funcionamento das escolas. Mas ainda faltava a presença dos pais dentro da escola. Assim começamos a pensar no colegiado escolar onde as ações compartilhadas na escola fortalece a forma de organização coletiva, com a estrutura de equipe gestora e tem se mostrado um dos caminhos para se avançar na democratização da gestão escolar.

A democratização da gestão por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do Colegiado Escolar, pode-se apresentar como uma alternativa criativa para envolver os diferentes segmentos das comunidades local e escolar nas questões e problemas vivenciados pela escola.

A Escola Estadual Dr. Querubino, como tantas outras em nossa cidade enfrentou grandes dificuldades quando começou a trabalhar de forma colegiada, sabemos que o trabalho é árduo, mas essas dificuldades estão sendo superadas, uma a uma.

O primeiro passo nesta conquista, foi chamar toda comunidade escolar e juntamente com eles elaboramos o IQE da escola, instrumento que avalia todas as instancias educacional, dentro de uma escola, depois esse questionário foi respondido por toda comunidade em uma

grupos menores e exposto em uma plenária; a partir daqueles indicadores tivemos a noção do que estava precisando melhorar na nossa escola.

Chamamos novamente os pais e pegamos partes menores desse contexto e conversamos com eles sobre o que tínhamos, o que queríamos e como todos nós poderíamos ajudar, 95% dos responsáveis disse que não poderiam ajudar em nada pois aquilo era obrigação do estado ou do professor que ganha por isso, ou do diretor que é pago para administrar a escola, e que eles não tinham tempo, então começamos a trabalhar com o restante da comunidade.

No início do trabalho a comunidade nos ajudavam na parte administrativa financeira, quando entrava a parte pedagógica eles ficavam meio que perdidos e inibidos, para opinar e fazer valer a sua opinião. Então durante o ano de 2012 o colegiado escolar ficou tão somente nas áreas administrativas. Porém em 2013, com um maior envolvimento da comunidade, e com as capacitações mensais e em todas as instâncias de todo o colegiado, eles se apropriaram de um conhecimento necessário e começaram a fazer valer a sua opinião também na área pedagogia.

Hoje temos mães que nos ajudam a tomar decisões nos conselhos de classe, outras se viram como peças fundamentais do processo ensino aprendizagem que nos ajudam como monitoras dentro das salas de aulas, mesmo aquelas que não tem uma atuação muito presente, optam sobre o que deve ser feito de melhorias na escola.

Tenho o Colegiado Escolar como um grande aliado da direção. Pois a partir do momento que as decisões se descentralizou da figura do gestor escolar e passou a ter um contexto coletivo, isso tornou as pessoas corresponsáveis.

Sei que existem ainda muitas limitações na gestão democrática, mas a Escola Estadual Dr. Querubino, vem tentando sempre trabalhar de forma democrática e colegiada. E aqui sempre priorizamos as decisões que são tomadas de fora (comunidade escolar) pra dentro (figura do gestor) e não de dentro pra fora. Pois sabemos que uma administração colegiada pressupõe a participação da comunidade nas decisões do processo educativo. Representa uma instância coletiva de tomada de decisão e de análise dos problemas da escola. A administração colegiada busca uma nova prática de exercício do poder. E é isso que queremos aqui na nossa escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do que foi exposto, sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer na busca precisa e efetiva da democratização dentro de nossas escolas, mas também sabemos que esse caminho está sendo trilhado e que algumas conquistas já se fazem notar. Não há dúvidas, que o diálogo está começando a ser estabelecido no interior das escolas e de que ele é fundamental no processo democrático, isso fará com que se busquemos cada vez mais caminhos diferenciados para aperfeiçoar as relações estabelecidas entre os membros da comunidade escolar dentro e fora da escola, também levamos em conta que este constante diálogo entre a comunidade escolar leva ao comprometimento e ao compromisso coletivo com a qualidade da escola pública, permitindo-nos rediscutir as possibilidades.

Sabemos que isso só se tornará verdadeiro quando os indivíduos tomarem realmente o destino da escola nas mãos. Abraçando-a como um bem onde todos são responsáveis e não somente o estado. Para isso, precisamos combater as causas que impedem a participação, da família, realizando um trabalho que envolva toda a comunidade no processo de reflexão e ação.

Sabemos que o trabalho é árduo, mas só por meio da participação consciente, do compromisso responsável de toda a comunidade com o bem comum é que conquistaremos a efetiva gestão democrática.

REFERÊNCIAS

LACERDA, Cecília Rosa. Projeto Político Pedagógico. **Construção, Pesquisa e Avaliação**. Fortaleza, LCR, 2004.

LOPES, Antônio José. **Do currículo que queremos ao currículo que podemos ou Do currículo que podemos ao currículo que queremos?** Centro de Educação Matemática – CEM. Editora FTD. Fórum EF 2004 – SBEM.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Matemática. Disponível em <http://www.moodle.ufop.br/file.php/5527/Parametros_Curriculares_Nacionais_-_Matematica.pdf>. Acesso em 19/02/2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 6 ed. Campinas, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Ementa Constitucional n. 20, de 15-12-1998. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A Escolha de Dirigentes Escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Juçara dos Santos. CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia – Administração Escolar). Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade da Amazônia – UNAMA. Belém, 2001. Disponível em: www.nead.unama.br/site/bibdigital/.../Gestao_Escolar.pdf. Acesso em: 3 de nov. de 2010.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

NAVARRO, Ignez Pinto. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol.1.38-9. 2004

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

PARO, Vitor. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Avaliação de Desempenho e Progressão Continuada: Projeto de Capacitação de Dirigentes- **PROCAD-Fase Escola Sagarana**. Guia de Estudo 3. SEE-MG, 2001.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

ANEXO



ESCOLA ESTADUAL DOUTOR QUERUBINO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

JUCELHA APARECIDA NUNES ANDRADE FARIA

CORONEL FABRICIANO, 2013

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR QUERUBINO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA ESTADUAL DR QUERUBINO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CORONEL FABRICIANO, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	10
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULO.....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

“[...] a escola seja palco de inovações, investigações e grandes ações fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação.” (VEIGA, 1996, p. 31).

O presente documento, discutido e reelaborado com a participação dos diversos segmentos da escola, propõe apresentar as discussões e propostas a serem implementadas no período de 2013 a 2014. Discussões essas realizadas no 2º semestre de 2012, tendo em vista à necessidade de atualização da proposta pedagógica da escola, em atendimento as novas demandas legais e contextuais.

A Escola Estadual Doutor Querubino, situada à rua Ephrem Macedo, 616, Bairro dos Professores, Coronel Fabriciano, Minas Gerais, CEP 35170-006, telefone: (31)3841-2648, email: escola.190861@educacao.mg.gov.br tem como marco de criação o Decreto 2610/68 de 22/02/68 e a Resolução 7363/94 de 26/02/94.

A Escola foi instalada em 15/02/1968 e criada pelo Decreto N° 2.610, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicado no MG de 22/12/1968. Não possuindo prédio próprio a Escola Estadual Doutor Querubino começou a funcionar num prédio cedido pela prefeitura local, situado no Bairro Nossa Senhora do Carmo e em uma sala cedida pela Igreja Metodista, situada à Rua Marechal Floriano.

Em 1969, a escola funcionou no prédio do Colégio Comercial Imaculada, à Rua do Convento, alugado pelo Estado. Em 1970 e 1971, transferiu-se para salas alugadas à Rua Marechal Floriano, N° 459. Em 1972, transferiu-se para um prédio a Rua Moacir Birro, N° 576, também alugado pelo Estado, funcionando, ainda, em 02 (duas) salas cedidas pelo Vigário da Paróquia, à Rua Doutor Querubino. Em setembro de 1975, a escola passou a funcionar no prédio de propriedade do Instituto Cultural de Coronel Fabriciano, à Rua São Sebastião, N° 101, Bairro Centro, alugado pelo Estado, funcionando em 02 (dois) turnos, com 03 (três) salas de aula, secretaria, instalações sanitárias (masculino e feminino) e uma cantina.

Destacou-se o empenho do Senhor Mariano Pires Pontes, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, em 1982, para a construção do prédio. Em 1983, a escola transferiu-se para o prédio à Rua Ephrem Macedo, N° 616 Bairro dos Professores, com 05 (cinco) salas de aulas, funcionando em 02 (dois) turnos num total de 10 (dez) turmas. O prédio foi entregue em 03/02/1983, contendo as seguintes dependências: Diretoria, Secretaria, Sala dos Professores, Sanitários (masculino e feminino), 01 (um) sanitário para pessoal técnico e

administrativo, Biblioteca, Área coberta, Área livre, Cozinha, Almojarifado e 05 (cinco) salas de aula. A mudança do prédio foi autorizada pela SEE/MG e publicada no jornal MG de 14/01/84, página 35, coluna 03.

Em 1986, com o empenho da Superintendência Regional de Ensino e Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, construiu-se mais 01 (uma) sala de aula e, em 1988 o prédio foi acrescido de mais 02 (duas) salas de aula com verba da SEE/MG, totalizando 08 (oito) salas de aula funcionando em 03 (três) turnos. Em 1994, pela Resolução da SEE/MG N° 7363/94 criou-se a extensão de série, autorizando o funcionamento do 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental, 8° ano a partir de 1995 e 9° ano a partir de 1996.

Ao longo dos anos a Escola Estadual Doutor Querubino passou por reformas e ampliações em sua rede física (construção de salas, banheiros, biblioteca, cobertura da quadra, dentre outras) para atender as necessidades da demanda apresentada pela Comunidade atendida.

Por ser a referida escola a única a oferecer, no centro da cidade de Coronel Fabriciano, o Ensino Fundamental completo, e atender a vários bairros no entorno, ainda faz-se necessária outra reforma e ampliação do espaço físico, pois a escola, no momento não conta com espaço para sala de informática, sala de professores, dentre outros.

A escola atende a alunos provenientes de área de vulnerabilidade social e com pouco acompanhamento familiar, o que exige da escola um maior empenho para o alcance de suas metas. A escola atende atualmente 660 alunos. É considerada uma escola estratégica devido aos resultados insatisfatórios nas avaliações externas.

Na Escola Estadual Doutor Querubino todos os professores, num total de 28 possuem curso de graduação e muitos, pós-graduação, sendo efetivos ou efetivados pela Lei Complementar N° 100/2007. Além disso, a equipe diretiva é composta por 1 diretor, 1 vice, 3 coordenadores pedagógicos e mais 17 funcionários sendo esses auxiliares de secretaria, faxineiros e cantineiras.

Observa-se, como ponto forte desta escola a grande procura de vagas pelas famílias, garantindo a sua demanda. Vale salientar, também, o trabalho de incentivo à leitura que a escola tem proposto como o *Pit Stop* (momento de Leitura) e *A Mala Viajante*.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Escola Estadual Dr. Querubino, vem sendo realizada através da gestão democrática e colegiada. Pois, sabemos que é preciso pensar junto os problemas que envolvem nossa escola e ajudar a encontrar soluções que

venham a favorecer a todos que sejam mais adequados às necessidades dos alunos. Assim, criamos na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a comunidade escolar tem a dizer.

Começamos a elaboração do PPP, convidando a comunidade da escola e assim aplicamos o IQE (Indicador de Qualidade da Escola), pois esse tipo de trabalho fornece condições para que a escola se conheça melhor e formule propostas de melhorias, além do que lhe oferece também um instrumento de controle democrático das políticas públicas.

Esse IQE é tido como um instrumento de avaliação e cujo objetivo é identificar os objetivos propostos pela escola e os resultados alcançados até então, identificando se os problemas foram ou não resolvidos e saber a razão destes resultados.

Durante a avaliação institucional da Escola Estadual Dr. Querubino, começamos a elaborar o PPP, com práticas democráticas, coletivas e dialogadas. Além disso, a equipe diretiva procurou trabalhar de forma democrática e colegiada e não centralizando as decisões.

Os pais, alunos, serviçais, secretarias, professores, pedagogos e direção foram divididos em seis grupos e cada grupo respondeu um questionário abrangendo um segmento da escola, desde o pedagógico até a rede física. As respostas consistiam em marcar uma das três cores, vermelha (o que precisa melhorar), amarela (o que se encontra mais ou menos) e verde (o que está bom). E deveriam responder logo a baixo o porquê daquela resposta. Depois foram reunidos novamente em uma assembleia geral e cada item foi apresentado aos outros grupos.

Depois com um grupo menor de funcionários, através desse IQE começamos a trabalhar na elaboração do PPP.

Após ficar pronto, convidamos novamente a comunidade, dividimos em grupos e cada grupo analisou um item. Depois disso, reunimos em assembleia e esse grupo apresentou para os outros que avaliaram como positivo na escola e o que precisava ser modificado.

Finalmente, reunimos com os coordenadores pedagógicos, colegiado e direção e construímos o nosso PPP.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Querubino em consonância com os pressupostos legais, quer seja nacionais ou estaduais, emanadas do Conselho Nacional e Estadual de Educação e as normas do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, considera como princípios norteadores de suas ações pedagógicas, os princípios éticos, políticos e estéticos, tendo em vista a necessidade de trabalhar, de forma articulada, as dimensões do educar e do cuidar.

A escola tem como missão proporcionar uma educação de qualidade, enfocando a realidade do aluno, suas perspectivas, saberes e necessidades, bem como oferecendo condições para ampliação desse universo cultural e garantia de resultados satisfatórios.

Como visão espera-se que a escola cumpra a sua função social e alcance resultados satisfatórios em todos os níveis de ensino, com o envolvimento de todos os profissionais, no cumprimento de todas as metas em consonância com as legislações vigentes pré-estabelecidas pela SEE/SER (Secretaria Estadual de Ensino/ Superintendência Regional de Ensino).

A equipe da Escola Estadual Doutor Querubino acredita que “a união faz a força”, mas ela continua valendo, desde que juntos façamos força para um mesmo lado, que nossos esforços se unam para alcançarmos os nossos objetivos.

Cada vez mais fica evidente a importância de que a escola tenha uma visão definitiva do que quer e conheça a exata dimensão da distância entre a escola real e a escola ideal, para que se produzam propostas palpáveis, e possíveis.

Essa ação de planejar e intervir adequadamente garante sucessos, define desempenhos e responsabilidades, alivia tensões, gera confiança e isso tudo desencadeia a auto-estima tão necessária para que se goste do que se faz.

A partir do “gostar”, o “querer” passa a tomar conta de cada um e de todos. E é neste empenho que a Escola Estadual Doutor Querubino esforça-se em se destacar entre as melhores instituições educacionais, procurando constantemente propiciar condições físicas, pedagógicas para que os processos de ensino-aprendizagem possam se desenvolver em ambiente adequado: subsidiando a tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos; dinamizando conteúdos, mudando visões e abrindo alternativas constantes para o desenvolvimento profissional e social de todo corpo docente; promovendo a distribuição dos recursos financeiros de maneira a atender toda a necessidade da escola. Acreditamos que

buscar uma escola de qualidade é tarefa e uma necessidade de todos os envolvidos no processo educacional.

A Escola se baseia nos princípios que norteiam a Gestão das Escolas Estaduais e que fundamentam o nosso trabalho. Princípio da participação, transparência, da autonomia, da liberdade de expressão, da equidade, da descentralização administrativa.

O desenvolvimento organizacional requer mais do que uma boa convivência social. Apesar da importância das relações interpessoais no desenvolvimento da instituição, é importante considerarmos outros elementos como competências pessoais, a formação profissional, os planos de trabalho de cada um.

É nessa interação, que a teia da convivência, da partilha, das experiências, do conhecimento se constrói. A gestão de pessoas pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Estadual Dr. Querubino, procura trabalhar de forma democrática e colegiada e não centralizando todas as decisões nas mãos da direção; e mesmo tendo sendo uma escola que se encontra com uma infraestrutura ruim, pode sim, ter um ensino de qualidade onde os alunos e toda a comunidade escolar gostam de frequentar, e que tem embutido o sentimento de que a escola é deles.

A Escola Estadual Dr. Querubino, localiza-se no centro da cidade de Coronel Fabriciano, porém a sua clientela são alunos que moram em zonas de risco social em três bairros críticos da cidade onde há alto índice de assassinatos, problemas com drogas e prostituição.

A escola há mais de 30 anos não recebe uma reforma em sua rede física, se não fosse pela contribuição dos pais estaria funcionando em condições precárias. Alguns pais têm a consciência de que precisam ajudar a escola e não podem esperar tudo do poder público. Dessa forma, a escola compra os materiais necessários e os pais e familiares de alguns funcionários fazem em regime de mutirão os serviços de pequenos reparos de forma voluntária.

A escola possui uma cantina que não atende de forma adequada aos alunos, com um refeitório que cabe somente 30 alunos por vez, sendo que toda a merenda é servida no recreio durante 15 min. Todos os 350 alunos devem alimentar de uma só vez, o que os leva a sentar na escada, ou até muitas vezes no chão. A biblioteca também é sala de vídeo e sala dos professores; a escola também não possui laboratórios, tem apenas um banheiro para os cinquenta e três funcionários.

Para os trezentos e cinquenta alunos por turno, temos seis banheiros sendo três femininos e três masculinos. Quando a escola foi construída ela só oferecia os anos iniciais do ensino fundamental, porém hoje a clientela cresceu tanto que funciona de 1º ao 9º ano e com salas superlotadas, ao total são 10 salas todas funcionando nos dois turnos sendo no turno matutino duas salas de 6º ano, três salas de 7º ano, três salas de 8º ano, duas salas de 9º ano. No turno vespertino uma sala de 1º ano, duas salas de 2º, duas salas de 3º, duas salas de 4º, duas salas de 5º, uma sala de 6º. Cabe ressaltar que a escola funciona das 7 h às 11h25min e das 13h às 17h 25min com 15 min. para intervalo.

Apesar das salas superlotadas, acreditamos que oferecemos um ensino de qualidade, ou a escola não estaria tão cheia, sendo que próximo a nós existem duas escolas, que oferecem os mesmos serviços educacionais.

Hoje, contamos com um quadro composto por dez professores de anos iniciais e dois bibliotecários sendo um em cada turno, dezenove professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, todos os professores possuem habilitação específica para os conteúdos que ministram e para as séries de atuação.

Além disso, a escola tem dois pedagogos um em cada turno, cinco auxiliares de secretaria, uma secretaria e oito ASBS (auxiliares de serviços gerais), um vice-diretor e um diretor. Também a escola possui um colegiado, representados pelos segmentos de pais e funcionários.

Os pais são convidados a virem à escola, não só para participar de comemorações, mas para ajudar em toda e qualquer rotina da escola. As mães dos alunos do turno vespertino, por exemplo, ajudam na entrada dos alunos, e na hora do recreio dos mesmos. Nas reuniões dos colegiados escolares ou reunião de pais, as mães são convidadas a vir ajudar à escola; aquelas que não trabalham fora se prontificam e ficam na escola das 15h até 16 h, ajudando a monitorar as atividades liberadas durante o recreio.

Desde janeiro de 2012, a Escola Estadual Dr. Querubino, sempre procura trabalhar de forma democrática e colegiada e com isso, estamos sentindo que a comunidade está voltando a frequentar a escola e não vindo somente para a reunião bimestral, e até mesmo os funcionários ficam mais a vontade para dar sugestões, pois sabem que serão ouvidos.

Merece destaque os entraves que encontramos na gestão democrática financeira e muitas vezes não atende as necessidades da escola. A situação se agravou devido à quase extinção do RDA (Recursos Diretamente Arrecadado), pois as escolas estaduais não podem mais angariar recursos próprios através de vendas, rifas, etc.

Atualmente, as escolas estaduais só podem contar com doações voluntárias dos pais, isto é, não pode ser exigida nenhuma contribuição financeira do aluno. Entretanto, as famílias ainda não estão conscientes que devem ajudar a escola que o filho estuda, e por isso, a contribuição esse ano foi praticamente zero.

Por mais que se fale em gestão democrática financeira o diretor e o seu colegiado não têm total autonomia sobre os recursos, os recursos que vem para as escolas já são pré - definidos com o que deve ser gasto durante o ano. Um exemplo recente disso foi um valor recebido pra compra de carteiras e cadeiras. Mesmo se a escola não estiver precisando das carteiras, mas estiver com falta enorme de cadeiras, não se pode comprar tudo em cadeiras, e

sim seguir o plano de trabalho que já vem definido quando há a assinatura do termo de compromisso.

Enfim, os governos estadual e federal, dependendo da origem da verba, deveriam rever o valor dos recursos, diminuir um pouco a burocratização para contratar funcionários autônomos, e aumentar a autonomia do diretor e de seu colegiado.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Escola funciona em dois turnos: matutino das 7h às 11h e 25min., vespertino, das 13h às 17h e 25min.

A escola atende 649 alunos do ensino fundamental. No matutino há 372 trezentos e setenta e dois alunos distribuídos em 10 dez turmas, sendo duas turmas do 6º ano, 03 três turmas do 7º ano, três turmas do 8º ano, duas turmas do 9º ano.

No vespertino há 277 alunos distribuídos em 10 turmas, sendo uma turma do 1º ano, duas turmas do 2º ano, duas turmas do 3º ano, duas turmas do 4º ano, duas turmas do 5º ano e uma turma de 6º ano.

Na quarta-feira no turno noturno das 17h 30min às 18h 30min funciona o plantão pedagógico dos professores dos anos iniciais, na própria escola. Durante o horário do plantão há estudo de resoluções, rodas de conversas, estudo do CEALE (eixo Norteador do trabalho dos professores dos anos iniciais), entre outros. Os professores dos anos finais têm plantão pedagógico durante o horário vespertino e por área de conhecimento.

A escola trabalha com reuniões mensais, chamadas de modulo II coletivo, onde planejam, estudam resoluções, onde há discussões em prol do melhoramento das praticas educativas, e alem dessas reuniões a direção, as pedagogas, e a secretaria, também se reúnem uma vez por mês para analisar as atividades já realizadas e programar as do mês atual.

A relação entre Administração, Pedagogos, Professores e Equipe de Apoio será o principal eixo pelo êxito ou fracasso, para a melhoria da qualidade do ensino nesta escola. A maioria dos profissionais sugere aulas mais criativas, capacitação dos professores frente aos problemas detectados, trabalho de equipe, projetos, encontros por área nos horários destinados ao cumprimento do Módulo II.

Para adaptar o currículo desenvolvido pela Escola comprometido com as transformações ocorridas na sociedade e na vida de nossos educandos é urgente que se defina uma proposta pedagógica coerente com a realidade e que haja realmente trabalho de equipe, capacitação em serviço e que todos aceitem e acatem mudanças e que trabalhem através de oficinas, seminários, palestras, jogos, debates e que se promovam aulas problematizadoras contextualizadas, além de integrar a escola com a comunidade através de parcerias.

Há que se organizar a escola de tal forma que o processo de construção do conhecimento enfocado numa avaliação diagnóstica, seja contínuo, progressivo e processual. Percebemos a necessidade de elaboração de um projeto de ensino e de aprendizagem de leitura mais coerente com a realidade dos alunos, que desperte o interesse pela leitura, através de atividades significativas, de valorização dos seus conhecimentos e vivências e, principalmente, da ampliação e enriquecimento de suas práticas de leitura.

Isto implicaria na elaboração de propostas de capacitação dos docentes em conhecimentos relativos aos processos de ensino e de aprendizagem da leitura, refletindo sobre sua própria prática pedagógica, sobre seus “erros” e seus “acertos”.

3. CURRÍCULO

De acordo com os PCN's (1998), o currículo deve ser selecionado e trabalhado de forma que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo respeito.

De acordo com Moreira e Silva (2002, p.7), o currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para as questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas.

Ainda citando Moreira & Silva (2002, p.7), nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultura. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado de relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, além de produzir identidades individuais e sociais particulares.

Ressalta-se que é a forma como se seleciona e pratica este currículo que pode levar à construção de uma escola diferenciada e que atenda as suas especificidades. Pois, vai depender dos ideais que forem determinados no currículo e a serem trabalhados.

Há que se considerar que na escola os indivíduos atuam ativamente no processo de ensino aprendizagem, influenciando no desenrolar do mesmo, podendo levar a resultados positivos ou não. Moreira e Candau (2007, p.18) entendem ser o currículo: “[...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”.

Outro fato relevante é que o currículo deve ser praticado de forma que o aluno consiga se posicionar de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Fica evidente que é importante saber selecionar o que vai ser trabalhado, considerando a realidade dos alunos e utilizando metodologias que façam o ensino ser significativo e prático para os mesmos.

O professor passa a ser visto agora como parte ativa no desenvolvimento das condutas, encorajando os alunos nas descobertas das relações entre o saber sistematizado e sua experiência social.

Na escola Estadual Dr. Querubino, os educadores priorizam os alunos a todo o momento. No início do ano os professores aplicam diagnósticos em todas as turmas para saber quais conhecimentos seus alunos já se apropriaram e quais ainda não. Depois disso, os professores se reúnem mensalmente em um grupão e semanalmente por área, para discutir quais estratégias que irão adotar para ajudar seus alunos.

Uma das maneiras que funciona na escola, e que é adotado por toda instituição é o PIP (Plano de Intervenção pedagógica), onde além dos professores, os pedagogos, professores no uso da biblioteca e eventual, ajudam no reformo escolar, durante o ano todo, e os alunos são reavaliados mensalmente pra analisar se já houve apropriação do conhecimento necessário.

Outro exemplo que podemos citar de intervenção é o caso da professora de matemática que depois de várias tentativas percebeu que o que funciona com seus alunos é um caderno a parte, chamado por eles de caderno de reforço escolar, onde eles fazem diversas atividades extras e ela recolhe no fim de semana.

Outra professora que também apresenta êxito ao trabalhar o currículo é a de português que trabalha com painel de notícias em cada sala, onde os alunos têm que se inteirar das notícias que o os outros grupos colocaram no painel, e ao mesmo tempo falar e discutir sobre ele.

Portanto, os educadores, pedagogos e a direção da escola estadual Dr. Querubino estão sempre procurando formas diversificadas para trabalhar o currículo de forma que atenda as reais necessidades de seus alunos.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando, conforme art. 32 da LDB 9394/96:

- I- Desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III- A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumento para uma visão crítica do mundo.
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental, com duração de nove (9) anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos seqüenciais, conforme a resolução SEE nº 2197/2012.

- I- Ciclo da Alfabetização, com duração de três (3) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano.
- II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano.
- III- Ciclo Intermediário, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 6º e 7º ano.
- IV- Ciclo da Consolidação, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento. Os Ciclos Intermediários e da Consolidação devem ampliar e intensificar gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental.

Os componentes curriculares do Ensino Fundamental, as áreas de conhecimento são:

- 1- Linguagens,
- 2- Língua Portuguesa,
- 3- Língua Materna,
- 4- Língua Estrangeira Moderna,
- 5- Arte,
- 6- Educação Física,
- 7- Matemática,

8- Ciências da Natureza,

9- História,

10- Geografia,

11- Ensino Religioso.

A Escola Estadual Dr. Querubino tem criado estratégias para melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

Além disso, tem desenvolvido projetos monitorados e avaliados, trabalho diversificado, contextualizado, com atividades desafiadoras, oportunizando ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ler, escrever, interpretar, calcular, promovendo o resgate da sua auto-estima, minimizando assim os problemas sócio-educacionais vivenciados por eles.

Nessa escola, nos anos iniciais, após o diagnóstico trimestral, o professor eventual, a bibliotecária e a pedagoga, trabalham com reforço escolar com alunos que apresentam grandes dificuldades. Nos anos finais, após a construção do PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica), cada professor trabalha de forma diferenciada com os seus alunos que apresentaram alguma deficiência de aprendizagem, e eles usam os horários de modulo II individual para isso, em uma média de 4 horas semanais.

Em suma, a escola, por ser uma instituição pública, pertence a todos e cabe a todos o dever de cuidar da mesma. Dessa forma, além de oferecer o ensino formal, a Escola Estadual Dr. Querubino está aberta, nos finais de semana, para a comunidade, sendo que no sábado de manhã é usada pela Guarda Mirim, à tarde pela policia militar que dão aulas de música e de instrumento musical para a comunidade e à noite um grupo para a prática de esporte. No domingo, a escola é emprestada para fins de recreação na parte da manhã para a Igreja do Evangelho Quadrangular e a tarde para a Igreja Evangélica Batista.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira e entre eles está a gestão democrática. O art. 14 da Lei Complementar da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes educacionais e reforça esta questão da gestão democrática.

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Há vários órgãos que podem ser criados dentro da escola com o objetivo de garantir a gestão democrática e diversas ações internas, entre elas: o Conselho Escolar, o Conselho de Classe, a Associação de Pais e Mestres, a construção do PPP e o Grêmio Escolar.

Nas escolas Estaduais o processo de escolha de gestor e através de processos eletivos, onde votam os funcionários e pais de alunos.

A Escola Estadual Dr. Querubino possui o Conselho Escolar, que nós chamamos de Colegiado Escolar, que é composto por representantes de todos os segmentos da escola: quatro pais, dois professores, e dois funcionários e também tem o Conselho de Classe.

O Conselho de Classe tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, fornecendo dados de direcionamento do trabalho dos professores, equipe pedagógica e diretor.

A participação direta dos professores, pedagogos, vice-diretor e diretor é uma característica apontada como fundamental para o Conselho de Classe, bem como a efetivação dos registros em ata e fichas. As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas.

O Conselho de Classe deve contar com a participação de todos os professores que trabalham com as turmas. Essas reuniões estão previstas no Calendário Escolar para facilitar sua organização, a preparação e a participação de todos os envolvidos no processo.

Como foi possível constatar, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho, criando alternativas para tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos.

De modo geral, apesar das decisões serem tomadas dentro da escola elas devem respeitar orientações que são impostas pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e seu cumprimento são acompanhadas e supervisionadas pelos funcionários da Superintendência de Ensino.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A direção promove e valoriza a contribuição dos diversos membros da comunidade escolar. Ao mesmo tempo em que combate o autoritarismo, estimula a democracia, a cultura da participação, libera a criatividade, fomenta a responsabilidade coletiva para o sucesso da escola, aumenta o senso de propriedade e reduz o potencial de conflito. Sendo assim, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho de todos os envolvidos.

Os papéis que competem a cada um já vêm pré-estabelecido pelo estado, e regimentado, em um documento chamado ‘Regimento Escolar’, mas apesar de cada um ter o seu papel pré-estabelecido, a relação é pautada pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, para que todos possam cumprir o que lhe foi estabelecido.

Na Escola Estadual Dr. Querubino a maioria dos professores possuem curso de graduação e pós-graduação, sendo efetivos ou efetivados pela Lei Complementar N°100/2007 e designados. A formação continuada para a melhoria da qualidade do ensino é dada através de capacitação dos professores frente aos problemas detectados, trabalho de equipe, projetos, encontros por área nos horários destinados ao cumprimento do Módulo II, reuniões periódicas para estudo do CBC com os orientadores pedagógicos da superintendência regional de ensino de ensino, e com monitoramento quinzenal dos mesmos dentro da própria escola.

Em relação à sala de aula as interações dentro dela devem basear-se em um contrato didático (onde é estabelecido claramente o papel e as regras para os envolvidos), o que não fica claro que o trabalho coletivo não é inerente ao ser humano, mas deve ser trabalhado no mesmo.

Os PCNs (1998) citam o trabalho em grupo como um importante tópico de sua constituição, pelos ganhos consideráveis ao serem incluídos nos trabalhos dentro de sala de aula. Dentre as vantagens, é possível estreitar os laços afetivos entre os alunos, possibilitar ao professor ser um facilitador e organizador das informações, o que permitirá transformar as atividades em atividades mais proveitosas.

Além disso, os alunos poderão trabalhar a cooperação para obter a solução da atividade proposta. O aluno estará inserido em uma situação onde terá que trabalhar a habilidade em se expressar assim como compreender o pensamento do colega, isso ampliará seu conhecimento a respeito da atividade proposta.

A colaboração, a cooperação, o confronto entre opiniões, deve se mediado, trabalhado pelo professor uma vez que a relação entre os alunos é tão importante quanto à interação entre adulto/criança. Os PCNs (1998) afirmam que além da interação entre professor e aluno, a interação entre alunos desempenha papel fundamental na formação das capacidades cognitivas e afetivas; explorando mais o aspecto afetivo dessas interações do que sua potencialidade em termos de construção de conhecimento.

Outro aspecto interessante se refere que as experiências práticas bem sucedidas demonstram que a busca pelo fortalecimento da parceria escola e comunidade se apresenta no atual contexto social, como um dos poucos caminhos viáveis para que as mesmas consigam superar as dificuldades que vêm enfrentando na educação de seus filhos/alunos. Para isso, a escola, vem articulando formas de organização que envolve parcerias efetivas entre família e escola.

As ações de integração entre escola e família se desenvolvem por meio de reuniões periódicas, palestras, realização de atividades culturais, colegiado escolar, celebrações, seminários, oficinas, feiras culturais e científica, Festa de Família, Feira de talentos. Todas essas formas de organização demonstram que os resultados são altamente positivos, sendo necessário lutar por sua manutenção, reforço, transformação e consolidação em atitudes permanentes e significativas que façam diferença no dia-a-dia de todos os parceiros envolvidos na educação escolar.

Durante todo o ano letivo, a escola busca a parceria da família para construir e avaliar as metodologias, os resultados das avaliações externas e internas e o trabalho prestado pela instituição. Nesta avaliação, não se avalia apenas a aprendizagem, mas a escola como um todo, em todos os seus segmentos. Tais informações servem como base para implementação do Projeto Político Pedagógico e o Plano de Intervenção Pedagógica.

7. AVALIAÇÃO

No Ensino Fundamental, a avaliação da aprendizagem é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas dos alunos, conhecimento cognitivo dos conteúdos da base nacional comum e parte diversificada, com o objetivo de detectar indicadores do desenvolvimento cognitivo e humano dos educandos.

Na Escola Estadual Dr. Querubino as formas e os procedimentos de avaliação da aprendizagem são fundamentados na Proposta Pedagógica da unidade escolar e devem ser objeto de registro para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar, tendo como base as diretrizes da SEE-MG (Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais) e SRE (Secretaria Regional de Ensino), conforme citado a seguir.

I- No Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar, serão expressos sob a forma de parecer descritivo individual, através de observação e registros contínuos no decorrer de cada etapa, sendo que a progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, está vinculada a avaliação contínua e processual, que permite o professor intervir no momento em que detectar qualquer defasagem.

II- No Ciclo Intermediário e da Consolidação, na avaliação da aprendizagem será como forma de progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, e a avaliação contínua e processual, permitindo o professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, com estratégias adequadas para garantir as aprendizagens básicas.

A progressão parcial deverá ocorrer a partir do 6º do ensino fundamental, deste para o ensino médio. Caso o aluno não consiga ser aprovado em todas as disciplinas, poderá matricular-se no ensino médio. O procedimento permite o aluno avançar, e no ano seguinte, oportuniza-los com novas estratégias de estudos para que eles consolidem as habilidades e competências básicas.

O aluno poderá se beneficiar em até três Componentes Curriculares.

A escola deverá analisar os resultados das avaliações externas para elaborar seu planejamento, com base nas matrizes curriculares, matriz de referência, PCNs, CBCs e também para a elaboração do seu Plano de Intervenção Pedagógica.

Através da elaboração do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica), a escola de também realizar diagnósticos para levantamento das necessidades a serem trabalhadas com os alunos usando metodologias diversas: reagrupamento temporário, reforço escolar, oficinas de

leitura e produção textual, monitoria, hora do conto, projetos institucionais como A Mala Viajante, Metodologia CLE, agrupamentos produtivos, etc.

A escola acredita que os métodos utilizados para avaliar os educandos estão em consonância com o PPP da mesma, respeitando o tempo de cada aluno, oferecendo oportunidade de recuperação paralela, avaliando casos excepcionais de alunos com dificuldades de aprendizagens, de modo a garantir uma educação de qualidade e a progressão continuada.

Todas estas ações tomadas pela escola tem o devido conhecimento e consentimento do Colegiado Escolar, o que a certifica de que suas ações são para atender as diversas demandas da escola, conforme garante a Constituição Federal, no art. 205, e como descreve o PPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos através deste trabalho que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de fundamental importância para a escola porque nele encontramos os direcionamentos a serem tomados em relação ao processo de ensino aprendizagem, como a adequação do currículo a realidade da escola e organização da mesma.

Posto que, além de ser um instrumento, conforme a Constituição Federal de 1988, de gestão democrática, uma vez que sua construção é feita com a participação de toda a comunidade, como funcionários, professores, pais e alunos, garantindo a inclusão de opiniões diversas no mesmo e favorecendo o atendimento das diversidades encontradas na escola.

Conforme comentamos acima, através desse trabalho percebemos que apesar do PPP ter sua elaboração baseado na coletividade, não é uma tarefa simples reunir toda a comunidade escolar para definir seus próprios rumos. A maioria alega a falta de tempo em participar dos processos decisórios, outras comentam que quem recebe para dirigir a escola é o diretor.

Concluimos, com este estudo, que o processo de elaboração do PPP na escola pública é ainda uma atividade na qual muitos atores do processo educacional desconhece não apenas o seu processo de elaboração, mas também o seu conceito e os seus fundamentos.

Contudo, foi possível mobilizar a comunidade escolar e centrar a atividade da (re) construção do PPP, da Escola Querubino, na sua análise e reflexão, buscando compreender sua importância para o bom funcionamento da escola, pois, conforme menciona Lacerda (2004, p. 61) para construir o PPP, espera-se que seus atores compreendam seu significado e importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACERDA, Cecília Rosa. Projeto Político Pedagógico. **Construção, Pesquisa e Avaliação**. Fortaleza, LCR, 2004.

LOPES, Antônio José. **Do currículo que queremos ao currículo que podemos ou Do currículo que podemos ao currículo que queremos?** Centro de Educação Matemática – CEM. Editora FTD. Fórum EF 2004 – SBEM.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Matemática. Disponível em <[http://www.moodle.ufop.br/file.php/5527/Parametros_Curriculares_Nacionais -_Matematica.pdf](http://www.moodle.ufop.br/file.php/5527/Parametros_Curriculares_Nacionais_-_Matematica.pdf)>. Acesso em 19/02/2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 6 ed. Campinas, 1998.